



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12241 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

GÊNERO, VELHICE E REGIMES DE LONGEVIDADE: INTERSECÇÕES NAS/ COMAS POLÍTICAS-COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO

Beatriz Bloise - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Fernando Altair Pochay - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

GÊNERO, VELHICE E REGIMES DE LONGEVIDADE:

INTERSECÇÕES NAS/ COMAS POLÍTICAS-COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO

Este trabalho busca mapear os tensionamentos associados ao entendimento da velhice, envelhecimento e longevidade na maneira como essas temáticas são abordadas (ou deixam de ser) no campo da educação. Como a velhice frequenta a escola? E como se produzem regimes da vida longa nos cotidianos e (micro)políticas da educação básica? Nos interessa acompanhar como os processos de escolarização mobilizam a produção e a regulação da diferença geracional e da longevidade em suas (im)prováveis articulações com gênero - mas também raça, classe e sexualidade, entre outros marcadores da diferença.

O enfoque apresentado se justifica pela relevância de pautar o aumento demográfico relacionado à população idosa, sinalizando para a necessidade do planejamento de políticas públicas que considerem o atual perfil da população. Quando pontuamos a expressividade do aumento demográfico, ressaltamos que essa projeção não se apresenta de maneira regular para todas as pessoas que envelhecem. Um dado significativo do prolongamento etário diz respeito à constatação quanto ao número de mulheres que envelhece ser maior que o número de homens idosos. No entanto, a ideia de mulheres idosas é extremamente abrangente pois, ao compararmos, por exemplo, o número de mulheres negras e brancas que envelhecem, encontramos um quantitativo maior de mulheres brancas que atingem a longevidade. Ou, ainda, quando observamos a quantidade de mulheres travestis e transgênero que chegam aos 60 anos, esse número reduz vertiginosamente se comparado ao número de mulheres cisgênero. Assim, só é possível analisarmos os dados quantitativos

do ponto de vista das interseções entre os marcadores que atravessam as vidas das pessoas longevas.

No âmbito da escola, espaço-tempo privilegiado nesta pesquisa, movimentamos nossos interesses sobre a representação da pessoa idosa nos seus cotidianos e nas políticas que a orientam. Nossa aposta é de que vivemos/produzimos processos de envelhecimento e não apenas a velhice ou uma representação para tal; consideramos a impossibilidade de descartar as trajetórias dos sujeitos e de suas marcas interseccionais de gênero, sexualidade, raça e classe. Assim, como a escola, ao abordar a velhice (se aborda ou quando aborda) movimenta sentidos para a vida longeva?

Dessa forma, inicialmente, nos dedicamos a identificar a presença/ausência do debate sobre velhice, envelhecimento e longevidade nos espaços escolares, utilizando como referência o documento que, atualmente, baliza a seleção e elaboração de conteúdos dos currículos do ensino básico – a BNCC. Posteriormente, a problematização sobre as encomendas realizadas para o campo da educação nos conduziu às interrogações sobre o quanto as escolas aceitam tais encomendas e, até mesmo, em relação à motivação das demandas sociais passarem a ser também incumbência das escolas, conforme o próprio estatuto da pessoa idosa apresenta. Em um terceiro plano, as interrogações se apresentam em torno da característica da abordagem nos espaços escolares.

Identificamos que as políticas públicas que mobilizam os direitos das pessoas idosas fazem uma encomenda para que o assunto “envelhecer” na educação básica, orientada por marcos legais (Estatuto da Pessoa Idosa, BNCC, etc). Ao analisar a BNCC, percebemos que essa encomenda foi parcialmente aceita. Em alguns momentos, quase como algo que está presente em cumprimento às premissas legais que se impõem. Já, acompanhando outros movimentos, a encomenda pode ter sido bem aceita quando a perspectiva movimentada investe em um sentido caritativo, onde a pessoa idosa está associada ao lugar de avós (principalmente com a representação de mulheres idosas cuidando de suas netas e netos), pertencendo a uma família e a um regime de inteligibilidade heterocisracializado.

Em nosso mapeamento inicial (resultado de aproximações com o campo, através de um projeto de extensão e de atividades em escolas) ponderamos que as escolas associam-se às tentativas de controle referenciadas na lógica do cuidado “preventivo”, responsabilizando individualmente os sujeitos pelo cuidado de si, transformando o corpo em uma empresa e o sujeito em um empreendedor que deve ser ativo para gerenciar o seu negócio. Essa perspectiva sugere uma forma individualizada de ordenação e de regramento do social, ou seja, um movimento de “reprivatização da velhice” (DEBERT, 2020:15) desprovido da assistência das políticas públicas, gerando efeitos extremamente desiguais para os sujeitos, o que é característico das práticas perversas no sistema neoliberal, ademais de estar intimamente articulada a posições de sujeito na diferença (gênero, raça, classe, entre outras).

Outra perspectiva comumente encontrada é a do de incentivo ao envelhecimento “saudável”, “ativo” e “produtivo”, o que reforça uma forma de governo que é infligido como um caminho a ser seguido, sem alternativas, tal qual uma verdade que se impõe e que se expressa em programações governamentais que visam controlar os processos de vida e morte da população, causando efeitos na regulamentação da vida dos indivíduos em todas as faixas etárias (TÓTORA, 2003). Essa convocação é também movida em disposições e endereçamentos específicos, sobretudo na exigência de que homens ou mulheres cumpram o trabalho de uma vida empreendida em êxito, sem considerar as diferenças que constituem o próprio gênero em suas intersecções.

Dada a limitação que essa proposição impõe às práticas de liberdade dos sujeitos e à defesa do direito à vida digna, torna-se produtivo considerar a existência de múltiplas experiências associadas à velhice e aos modos como dadas populações envelhecem. Diferentes possibilidades de envelhecer (sem desconsiderar as condições sociais e políticas, ou os marcadores raciais, de classe, de gênero e de sexualidade que atravessam os sujeitos) nos permitem questionar os regimes de longevidade e a expectativa de vida dada apenas a alguns/algumas pessoas. É emblemático acompanhar o encarceramento em massa ou o extermínio da juventude como uma baliza sobre os limites das vidas que podem alcançar a longevidade; do mesmo modo como ocorre com travestis e transexuais, cujas vidas longevas não se constituem como algo de fato, sequer de direito.

De maneira alternativa à educação para a velhice comprometida com envelhecimento ativo, saudável e produtivo, como única opção de governo de si, apostamos na afirmação dos modos de subjetividades possíveis, não apenas quando falamos da velhice, mas também de como experimentamos essas subjetividades ao longo da vida, compreendendo-as como um *constante superar-se a si mesmo* (TÓTORA, 2003:3), situada na dimensão política e imbricada em relações de poder que a atravessam. Considerar esse entendimento nos coloca em posição promissora de resistência às imposições e às tentativas de fixar e, conseqüentemente, universalizar as subjetividades, ao passo que afirma a impossibilidade de compreender os sujeitos (e as subjetividades) fora do entendimento da diferença. Portanto, para além da encomenda curricular, consideramos que a escola pode participar de outros modos da velhice e dos regimes da vida longeva.

Palavras-chave: velhice - envelhecimento - currículo – escola

Referências:

BRASIL. Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 13 de abril de 2022.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

DEBERT, Guita Grin. A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. – 1ª ed., 3ª reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 1979.

IBGE. PNAD. Síntese de indicadores sociais 2007. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=21830&t=resultados>. Acesso em: 08 de agosto de 2022

POCAHY, Fernando Altair. Extensão na/com a diferença: gênero, sexualidade e envelhecimento. *Revista Diversidade e Educação*. v. 10, n.1, p. 139 – 155. 202

TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. Genealogia da velhice. *Revista Ecopolítica*, v. 6, p. 04-21. 2003.